

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A participação da nova república na política externa em 1985 começou com a viagem do presidente eleito Trancredo [sic] Neves aos Estados Unidos e a países europeus e latino-americanos. Foi o momento em que o Brasil apresentou-se ao mundo em sua nova condição democrática e em que se delinearão as linhas mestras da ação diplomática futura. Renovaram-se, então, compromissos tradicionais, voltados para soluções de paz e busca do desenvolvimento, e anunciou-se a disposição de participação ativa nos negócios internacionais.

Nas propostas centrais de política externa, configuravam-se duas preocupações básicas: de um lado, executar ajustes conceituais necessários à atmosfera internacional em crise e contexto interno em que processos de formulação deveriam atender aos anseios nacionais; de outro, adotar medidas que exprimissem a nova postura brasileira no sistema internacional.

As atividades diplomáticas ao longo de 1985 demonstraram que as oportunidades foram aproveitadas.

A condição democrática compatibilizou as proposições de reforma política e econômica internacionais com o projeto nacional de desenvolvimento com justiça social. Permitiu também exprimir o desejo de instituição de nova ordem internacional, de contornos democráticos. Coerente com essa condição, o Brasil aderiu aos Pactos sobre Direitos Humanos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. Realçou-se o esforço para que os organismos multilaterais fossem realmente fatores de encaminhamento das grandes questões internacionais.

A presença do Brasil na abertura dos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas teve não só o sentido de salientar a importância que o país confere aos trabalhos ali desenvolvidos, mas apresentar posições básicas da política externa brasileira. Enfatizaram-se a natureza política da crise do endividamento externo e a necessidade de soluções acima do simples jogo das forças do mercado. Renovou-se a intenção do Brasil de cumprir seus compromissos externos, mas preservando seu processo de desenvolvimento social e econômico.

O diálogo com os parceiros latino-americanos foi intensificado. Em visitas ao Uruguai, Argentina, Venezuela, Colômbia e México — a este último em momento dramático da vida do povo irmão — afirmou-se de forma enfática, a expressão de solidariedade latino-americana. Procurou-se definir novo marco para propostas de cooperação e integração continental. Importantes entendimentos econômicos foram realizados, especialmente com Argentina e Uruguai, em tentativa de dar sentido concreto e operativo aos esquemas continentais de integração. O clima de distensão e confiança nas relações continentais encontrou significado na declaração sobre cooperação nuclear com a Argentina.

Ainda no plano bilateral há que mencionar a solidariedade à Bolívia, inclusive através de formas de assistência financeira, e a continuação de política de abertura em relação ao Suriname.

As crises enfrentadas, como a da América Central, afetam-nos em nossa condição latino-americana. À medida que se agravam, torna-se natural uma posição mais ativa no encaminhamento das questões regionais. A participação no Grupo de Apoio a [sic] Contadora, no Consenso de Cartagena e a atuação na OEA (Organização dos Estados Americanos) e no SELA (Sistema Econômico Latino-Americano) são exemplos de presença multilateral no continente.

Nas relações continentais, cabe ainda mencionar a abertura do processo de revisão do relacionamento com Cuba, com vistas à plena universalização de nossa política externa.

Quanto às relações extracontinentais, o sentido universalista ficou evidenciado na visita realizada à União Soviética, marcando início de diálogo político maduro com aquele país. Com os países ocidentais desenvolvidos, o relacionamento continuou a fluir de modo equilibrado, sendo um dos pontos altos a visita ao Brasil do Presidente da França. As relações com os Estados Unidos têm correspondido à convocação de amizade que une os dois países; apesar de sujeita a fatores de controvérsias, têm invariavelmente sido encaminhadas pelas vias da negociação e do diálogo.

As relações com os países africanos, que sofrem o agravamento dos problemas econômicos, continuam a intensificar-se. Estão sendo estudadas alternativas inovadoras para que não se interrompam os fluxos comercial, de cooperação técnica e cultural. De outro lado, a

política brasileira de condenação à questão racista da República Sul-Africana, objeto de decreto presidencial, determinou adoção de sanções estritas àquele país.

As relações econômicas com o Oriente Médio começam a apresentar lastro histórico. Na esfera política, acompanha-se com apreensão o desenrolar dos acontecimentos regionais.

Avançou-se em direção a um melhor relacionamento com os países da Ásia. A visita do ministro das Relações Exteriores à Índia, a presença no Brasil dos ministros das Relações Exteriores do Japão e do primeiro-ministro da China, são marcos de um processo que deverá intensificar-se.

No plano multilateral, uma das preocupações centrais tem sido a ordem econômica internacional. Diante da persistência de fatores adversos, tais como protecionismo comercial dos países ricos e altas taxas de juros, exerceu-se ativa diplomacia negociadora comercial.

Dada a importância para o Brasil do comércio exterior, houve presença ativa nos trabalhos do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). O recrudescimento de posturas bilaterais e protecionistas nos países desenvolvidos levou o Brasil a pautar-se pela defesa do sistema multilateral de comércio e pela crítica ao protecionismo que atinge as exportações agrícolas e de bens industriais.

No âmbito bilateral, cabe especial registro à ação empreendida com vista a reduzir tensões comerciais com os principais parceiros e incrementar o comércio com os países irmãos da América Latina. Envidou-se esforço para intensificar trocas comerciais com a Argentina e o Uruguai, concretizado no que tange, respectivamente, ao trigo e a produtos agropecuários.

O relacionamento comercial com os Estados Unidos marcou-se pelo diálogo e busca de solução para problemas causados por medidas protecionistas em setores de interesse brasileiro, como siderurgia e calçados.

Referência especial deve ser feita ao Grupo de Cartagena, que lida com questões da dívida latino-americana. Já é consenso, entre os latino-americanos, que a solução adequada para a questão da dívida só será alcançada se houver ampla negociação política, e se essa negociação atingir a estrutura do sistema econômico internacional. Nesse sentido, foi importante a criação de

um comitê de acompanhamento que permitirá aos latino-americanos melhor coordenação de suas propostas em matéria financeira.

Em suma, a diplomacia brasileira procurou enfrentar os grandes desafios do momento. Procurou renovar-se, sem abandonar as bases sólidas de princípios históricos; manteve sua vocação pacífica e lutou para que soluções diplomáticas equilibradas prevalecessem nos conflitos regionais. Ante a crise econômica, buscou quebrar barreiras protecionistas e não abandonou as propostas de longo prazo, de reforma estrutural do sistema econômico internacional, base para um processo real de distribuição de riqueza.

As perspectivas para 1986 estarão demarcadas pela mesma problemática de 1985. A diplomacia deverá vincular-se de forma ainda mais orgânica ao esforço brasileiro de desenvolvimento, que tem evidente componente internacional. Prosseguirá a luta por um comércio isento de barreiras, mais equilibrado, e pelas regras financeiras que não sejam impostas unilateralmente.

No plano político, manter-se-á a mesma atitude de sólida defesa de soluções negociadas para as crises regionais. E, sob o ângulo das relações bilaterais, deverão ampliar-se os contatos de alto nível com representantes de todos os continentes.